



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA- UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FASA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO
MONOGRAFIA ACADÊMICA

THOMAZ PIRES

NOTÍCIAS ARMADAS

Uma pesquisa sobre a cobertura do *Jornal do Brasil* e *Estado de São Paulo* sobre o caso Riocentro

BRASÍLIA
2007



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA- UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FASA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO
MONOGRAFIA ACADÊMICA

THOMAZ PIRES

NOTÍCIAS ARMADAS

Uma pesquisa sobre a cobertura do *Jornal do Brasil* e *Estado de São Paulo* sobre o caso Riocentro

Projeto de pesquisa apresentado ao Centro
Universitário de Brasília – UniCeub –
Jornalismo, orientado pelo Prof. Sidnei
Volkman

BRASÍLIA
2007

FOLHA DE BANCA EXAMINADORA

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

A minha família e namorada. Especialmente minha mãe. Por fazer acreditar na apaixonante e penosa vida de repórter, além de ouvir com zelo todas vitórias e lamentações.

Resumo

Na noite de 30 de abril de 1981 era realizado no Rio de Janeiro, mais precisamente no Riocentro, um show em comemoração ao dia do trabalho. Um puma metálico com placa fria explodiu por volta das 22h no estacionamento matando um homem e deixando outro gravemente ferido. No dia seguinte, os noticiários informavam que ambos eram militares. Estavam lançadas as suspeitas que radicais do exército tramavam mais um atentado contra a abertura política. A imprensa se encarregaria de desvendar o mistério, que permanece sem respostas até os dias de hoje.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 - CAPÍTULO 1: Distensão lenta gradual e inflamável	10
1.1 Enfraquecimento no Congresso	12
1.2 O caso Herzog.....	14
1.3 A sucessão presidencial.....	16
1.4 Abertura plena e sucessão	17
1.5.O acionamento da bomba	18
2- CAPÍTULO 2: Metodologia	22
2.1 Representações e significados	23
2.2 Combinações de análises	25
3- CAPÍTULO 3: A Análise dos jornais	27
3.1 A edição de dois de maio.....	28
3.2 Sete dias de cobertura.....	32
3.3 A transferência do homem-chave	35
CONCLUSÃO	38
ANEXOS	40
Figura 01.....	40
Figura 02.....	41
Figura 03.....	42
Figura 04.....	43

Figura 05.....	44
Figura 06.....	45
Figura 07.....	46
Figura 08.....	47
Figura 09.....	48
REFERÊNCIAS.....	49

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo fazer uma análise da cobertura realizada por dois representantes da grande imprensa – *Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil* – durante quinze dias sobre o caso Riocentro, ocorrido em 30 de abril de 1981. O episódio representa uma das passagens mais importantes da redemocratização e serviu para acelerar o fim do período ditatorial.

Para conseguir traçar uma avaliação consistente sobre o episódio foi necessário reunir um vasto material, como capas, reportagens, editorias, charges e outros elementos presentes nas edições publicadas nos dois jornais. Sem o material seria impossível a elaboração desta pesquisa, que foi em sua maioria calcada no processo comparativo, sendo assim possível fazer uma avaliação pontual sobre o episódio Riocentro e a abertura política.

O objetivo principal da pesquisa foi perceber as diferenças no que diz respeito à linha editorial adotada pelos dois jornais durante a cobertura nos quinze dias de análise. Foi possível enxergar os artifícios utilizados pelos jornais no processo noticioso, que será explicado com pormenores mais a diante.

Ficou evidente também que tanto o *Estado de São Paulo* quanto o *Jornal do Brasil* percorreram caminhos diferentes durante os quinze dias de cobertura observados. As peculiaridades não se limitaram às entrelinhas. Foram explícitas, e claramente amplificadas nas páginas dos editoriais.

Analisar dois jornais da grande imprensa sobre um fato importante com as proporções do Riocentro é sobre tudo um aprendizado para qualquer pessoa disposta em compreender o processo de elaboração da notícia. O episódio ocorreu há 26 anos. Mas as mesmas dualidades que grafaram aquele momento continuam presentes na pauta nacional nos dias de hoje. Dessa forma, a pesquisa tem relevância no que diz respeito à postura da imprensa escrita – especificamente os jornais – e permite também lançar olhar crítico em como é feito todo o processo noticioso.

É partindo desse ponto que podemos perceber o uso da notícia como arma. Assim fez o *Jornal do Brasil*. Assim fez o *Estado de São Paulo* na cobertura do Rio-Centro. Percebe-se que o mesmo continua a ocorrer. Destaca-se, assim, outro ponto relevante na análise traçada nesta pesquisa, em que a notícia consiste em uma arma empregada nos mais diversos objetivos. Seja para promover, seja para atacar.

O jornal paulista estampou nas manchetes durante os primeiros dias de cobertura sobre a explosão das bombas o comprometimento do governo com as apurações no Inquérito Policial Militar (IPM). Era uma forma de tentar controlar a situação e de agir com parcimônia sobre os fatos preocupantes que circulavam nos bastidores. Mas a grande imprensa carioca, a exemplo do *Jornal do Brasil*, também desempenhou o papel de formadora de opinião. Preferiu soltar o alerta vermelho contra os militares e trazer ao debate nacional os atentados que eram tramados pela ala radical do Exército, contrária ao processo de abertura política.

O jogo de forças e diferentes posicionamentos, diretamente ligados a acordos políticos e comerciais, são variantes que fazem da elaboração da notícia um jogo conturbado. Este fato pode ser observado nesta pesquisa. A mesma verificação de conteúdo feita neste trabalho deveria ser exercício diário da opinião pública, que teria elementos empíricos e perceberia o quanto consome conteúdo já pré-moldado pela grande imprensa.

A presente pesquisa não teve como objetivo achar respostas sobre o episódio Rio-Centro, ainda hoje deixadas em aberto pelos oficiais do exército. A análise busca observar maneira como as notícias foram publicadas representa o objeto principal de estudo. Mesmo livre da censura, os periódicos da época protagonizaram tímidas reportagens sobre o caso que serão discutidas nos próximos capítulos e compõem o eixo principal do trabalho.

Observar os personagens e a trama do Riocentro é uma forma de compreender não só o fim do período em que os militares estiveram à frente do poder, mas também a postura das Forças Armadas frente ao processo democrático, que havia sido posto em prática no governo anterior ao do presidente João Batista Figueiredo.

Foi possível por meio do material coletado perceber o clima que pairava o período. Até mesmo aqueles oficiais que se diziam interessados em retornar à democracia tiveram a imagem arranhada com as apurações pífias do governo. É um marco na história e sintetiza todas as questões que eram levadas em consideração para afastar de uma vez a ala radical do exército.

O sentimento de impunidade talvez sejam os resquícios das bombas que continuam a incomodar a opinião pública. Mas o fato que se deve levar em consideração é que as páginas de jornais, mesmo com os mais diversos posicionamentos e versões, são os registros oficiais da época, e que estão disponíveis a todos para que se tirem as próprias conclusões sobre o episódio aqui analisado.

Capítulo 1

Distensão lenta, gradual e inflamável

Foi no período de transição entre o governo dos generais Emílio Garrastazu Médici (1968-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979) que se acionou o cronômetro das duas bombas que iriam explodir em 30 de abril de 1981, no Rio de Janeiro, mais precisamente no Rio-Centro. O atentado, conforme informou o *Jornal do Brasil* na edição do dia 1º de maio de 1981, foi promovido pela organização clandestina conhecida como Comando Delta, pertencente a uma ala radical do exército. O episódio representou um divisor de águas aos 21 anos da ditadura militar, retratando com precisão o enredo que seria traçado durante o período que ficou conhecido como a abertura política, ou simplesmente a redemocratização (1974-1985).

A ação conspiratória protagonizada pelos oficiais do exército naquela noite do dia 30 de abril deu formas e cores a um episódio de vital importância para a compreensão nas mudanças no rumo da política nacional daquele período. Porém, para compreender o abalo provocado pelas bombas do Rio-Centro é preciso, acima de tudo, analisar o processo de dissidência que se instalou dentro das Forças Armadas a partir de 1974.

A transição entre os governos Médici e Geisel é o ponto de partida da queda de braço que se travou por cerca de dez anos. De um lado ficaram os “castelistas”, adeptos dos conceitos difundidos na “Revolução de 64”, quando em 1º de abril de 1964 depuseram o presidente João Goulart. Eles afirmavam categoricamente ser necessário uma intervenção militar para a retomada da ordem, do crescimento econômico e o afastamento pleno de qualquer ascensão comunista no país. Com um olhar diferenciado, outra ala do Exército acreditava na importância da intervenção, porém, ressaltava que ela deveria ser provisória, e que deveria haver o retorno de um civil ao poder passado o período de reordenamento político.

O presidente Geisel foi empossado no dia 15 de março de 1974. Na cerimônia da transferência da faixa enalteceu os caminhos percorridos pela Revolução de 64, representados pelos presidentes Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969) e Garrastazu Médici (1969-1974). Não fez declarações reveladoras. Preferiu organizar o primeiro escalão de governo para anunciar as metas em seguida.

Passados quatro dias, Geisel deu o tom do discurso. Já na primeira reunião ministerial ele sentenciaria as intenções do governo. Aquela seria a primeira e tênue sinalização pública

do que ele chamaria mais tarde de “distensão lenta, gradual e segura”. A frase caiu na graça da imprensa e tornou-se a expressão celebre que marcaria o período de abertura política.

Considerado braço direito do governo, Golbery do Couto teve extrema importância nas movimentações do tabuleiro político traçadas durante a gestão de Geisel. Ele assumiu já no início do governo a chefia do gabinete civil da presidência. Fez articulações com congressistas, e foi um dos atores envolvidos no processo de abertura política. Passado o episódio Rio-Centro, deixaria o governo no mês de agosto de 1981 por discordar dos resultados da investigação militar instaurada para apurar o caso.

Para alguns estudiosos do período não resta dúvidas de que tanto Golbery como Geisel já tinham em mente no início do governo intenções pré-estabelecidas para o retorno à democracia, fato que seria percebido rapidamente pela linha dura do Exército e desencadearia assim atos de terror por parte dos oficiais revoltos com o objetivo de frear a conduta do governo.

De acordo com as análises feitas pelo jornalista Elio Gáspari, na qual retrata de forma metafórica Geisel com o “sacerdote” e Golbery no papel de “feiticeiro”, as duas figuras já tinham as meta e planos traçados. O obstáculo maior seria a antiga linha dura, que representaria um longo obstáculo para as intenções do novo governo.

O sacerdote e feiticeiro formaram uma parceria sem precedentes na história do Brasil. Era uma amizade a serviço. Começava e terminava no Planalto... Tinham o propósito de desmontar a ditadura radicalizada desde 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5. Queriam, restabelecer a racionalidade e a ordem. (GASPARI, 2003.p 15)

Mas mesmo recheados de intenções democratizantes, Geisel sofreria duras críticas durante seu governo não só por parte dos militares, mas da opinião pública e dos órgãos de imprensa. Foi acusado diversas vezes de contraditório, na qual erguia em uma das mãos a abertura e em outra o AI-5. Seria a flor e o chicote na visão dos críticos.

Entretanto, Geisel fazia movimentações nos bastidores para conter os resquícios da linha dura que perdurou durante os dez anos de revolução. Os olhos estavam atentos aos passos que eram dados pelo novo presidente. Até mesmo os americanos acompanhavam atentamente as movimentações. O conceituado jornal *New York Times* divulgava uma longa reportagem em nove de julho de 1974 especulando os rumos que seriam traçados pelo novo governo. O material divulgado dava a entender que o novo governo tinha como intenção

tornar a censura mais branda, colocar sob controle as forças de segurança e buscar o aumento da energia construtiva da sociedade civil brasileira.

Há quem diga que as intenções de Geisel e Golbery já tomavam formas no final do governo de Médici, sem mesmo terem em mãos a certeza dos cargos que ocupariam futuramente. Segundo afirma Thomas Skidmore, os dois principais personagens da abertura antecipavam as estratégias para abrandar ou mesmo liquidar o AI-5 e a Lei de Segurança Nacional. O mais curioso, na visão do autor, é de que até mesmo o próprio presidente Médici, que acabou ganhando fama de autoritário pelo forma de governar, também se sensibilizava com a questão:

Após a morte de Médici a viúva afirmou que seu marido desejara iniciar a abertura antes do fim do seu mandato, mas que Geisel ameaçou renunciar a sua candidatura se o presidente pusesse em prática aquela incitativa de antecipar o processo.(SKIDMORE, 1988P. 323)

O *Jornal do Brasil* noticiou o fato em entrevista com D.Scilla Médici, no dia 1º de junho de 1986. A declaração da viúva provocou uma avalanche de desmentidos e recriminações. Geisel, que nesse período já havia deixado o governo, preferiu silenciar e não fazer qualquer pronunciamento a respeito do assunto.

1.1 Enfraquecimento no Congresso

A primeira manifestação clara de que a abertura política do governo Geisel estava em curso veio à tona nas eleições parlamentares realizadas em 15 de novembro de 1974. O pleito representou uma amarga derrota ao novo governo. Disposto em promover a redemocratização, Geisel contava com o apoio do partido aliado no Congresso, o Arena, o que facilitaria o controle do cenário político.

Um mês antes da eleição, poucos eram os observadores políticos bem informados capazes de apostar em uma esmagadora vitória da oposição, representada pelo Movimento Brasileiro Democrático (MDB). O acesso livre dos candidatos à televisão durante a disputa eleitoral permitiu o avanço da oposição no Congresso Nacional. Era o início da decolagem da abertura política na avaliação de críticos da época.

A eleição parlamentar de 1974, a primeira de caráter direto desde 1964, foi frustrante para o governo. O MDB quase dobrou sua representatividade na Câmara dos Deputados, saltando de 87 para 165 cadeiras no parlamento. Já a ARENA, caiu de 223 para 199. O

resultado no Senado não foi menos dramático. A representatividade do MDB subiu de 7 parlamentares para 20, enquanto a ARENA caiu de 59 para 46 senadores. Deve-se assinalar também que o MDB ganhou eleições para governador em estados importantes como São Paulo e Rio de Janeiro.

A oposição conseguiu marcar avanço no cenário político com três propostas que deram o tom de campanha. Ele concentrou o discurso durante todo o processo eleitoral na justiça social (distribuição de renda igualitária), liberdades civis (repudiando a violação dos direitos humanos) e desnacionalização (denunciando a infiltração estrangeira na economia do Brasil).

O saldo final da eleição representava ao governo uma grande derrota, que dificultaria a governabilidade durante os próximos quatro anos. A oposição conquistara mais de um terço do Congresso. O governo perdera a maioria absoluta, necessária para aprovar qualquer emenda constitucional. Dessa forma, a única opção que restara para emendar a constituição seria o uso da AI-5, que Geisel pretendia evitar.

Mesmo derrotado e insatisfeito, Geisel assegurou o resultado da eleição. No dia 30 de dezembro de 1974, o presidente fazia em cadeia nacional um pronunciamento apontando suas observações a respeito do avanço da oposição no parlamento brasileiro. Ele legitimou o resultado, e disse claramente que mesmo não sendo aquela a intenção do governo o saldo final representava um retorno ao civismo democrático

Não há razões para cultivar ressentimentos. Até que seria compreensível falar em constrangimento ao registrar que o Movimento Democrático Brasileiro alcançou substancial avanço na autenticidade de sua acrescida expressão política... É a volta agora, com antevejo, para um futuro de maior responsabilidade compartilhada, na tarefa de construção perene da grande nação que o nosso povo merece – livre, poderosa, dinâmica e rica, praticando civismo democrático, na plenitude da justiça social. (COUTO, 1998, p. 161)

O governo saiu enfraquecido no campo político com o baixo rendimento na eleição parlamentar de 1974, mas nem por isso cancelou suas intenções em abrandar os poderes dos aparelhos de censura. Em janeiro de 1975 Geisel dava um outro claro demonstrativo de que a abertura política já estava em curso e que não haveria eventuais interrupções. Em um gesto de rompimento com os governos anteriores, o presidente permitiu o fim da censura prévia ao jornal *O Estado de São Paulo*. No caso da revista *Veja*, principal publicação semanal do país naquela época, a suspensão só aconteceria em 2 de julho de 1976. Era o sinal de que o

governo não recuara nos planos da abertura, mesmo com a perda do controle político no estado.

A queda da censura prévia de *O Estado de São Paulo* e *Veja* permitiu que a grande imprensa passasse a ter uma cobertura mais crítica e combativa com relação a batalha que era travada dentro do próprio exército. Os órgãos de repressão começavam a atuar à revelia contrariando as intenções do presidente Geisel. Os comandante do Departamento de Operação de Informações – Centro de Operação de Defesa Integrada (DOI-CODI) faziam de cada prisão um desafio às recomendações passadas pelo Palácio do Planalto ao general Sylvio Frota, ministro do Exército.

1.2 O Caso Herzog

Em 1975, começara uma temporada de prisão em São Paulo. A justificas apresentada para as detenções era o avanço comunista no Brasil. A falta de vigilância aos torturadores veria à tona no dia 26 de outubro daquele ano, em que apareceria morto na cela do DOI-CODI de São Paulo o jornalista Vladimir Herzog.

O exército informou que Herzog assinara uma carta confissão declarando-se militante do Partido Comunista Brasileiro. A explicação oficial apresentada à sociedade, sobre o episódio no documento de *causa mortis*, elaborado pelo exército é de que se tratava de um “voluntário suicídio por enforcamento”. Na justificativa, o jornalista teria se enforcado, pendurando-se pelo pescoço, com um cinto, na grade da janela da cela. Mas a fotografia oficial mostra que a barra da grade ficava muito próxima do chão, fato incompatível com o suicídio por enforcamento de alguém com a estatura de Herzog. Na imagem, as pernas do jornalista aparecem arqueadas, tocando o chão, evidenciando a simulação que fora criada.

A morte de Herzog foi amplamente noticiada pela grande imprensa, já que a censura não representava grades entraves como tempos atrás. Os noticiários exploraram todas as incoerências apresentadas pelo exército sobre o caso Herzog. Além disso, os noticiários serviram de termômetro mostrando que a temperatura dentro das Forças Armadas era cada vez mais elevada.

Três meses após a morte de Herzog, o DOI-CODI de São Paulo voltaria a ser palco de outro episódio que deixaria o clima ainda mais tenso entre o Palácio do Planalto e os comandantes dos órgãos de tortura. Era mais um sinal de que as práticas dos governos

anteriores já não eram aceitas por Geisel, que se mostrava cada vez mais combativo aos atos de terror dos antigos governos.

No dia 17 de janeiro de 1976 morria na cela do DOI-CODI de São Paulo o operário Manuel Fiel Filho, de 49 anos, também suspeito de pertencer ao Partido Comunista, e ligado ao sindicato dos metalúrgicos. Novamente a versão oficial apresentada dava que o detido havia cometido suicídio. No relato passado em nota oficial, o Exército afirmava que o operário havia se enforcado com suas meias, na sua própria cela. Entretanto, segundo os depoimentos dos companheiros de fábrica de Manoel, onde ele foi preso, o calçado que usava eram chinelos, sem meias, contrariando a versão oficial que fora apresentada.

Como ato de retaliação, o presidente Geisel exonerou três dias após a divulgação oficial da morte do operário o general Ednardo D'Ávila Mello, então comandante do poderoso II Exército. A decisão do presidente foi tomada de forma autônoma e independente, sem mesmo consultar a cúpula do exército. O episódio criou grande mal estar entre os oficiais do exército que estava na linha de frente da tortura e novo governo.

Os oficiais da linha dura interpretaram a decisão do presidente como um ato de exoneração sumária, tornando cada vez mais claro o racha que se instalara dentro das Forças Armadas. A dissidência iria perdurar até os últimos anos da ditadura militar, mas ficaria tensa poucos meses depois.

A partir dos últimos meses de 1976, começaram a ocorrer atentados violentos que eram atribuídos à extrema direita, como ficaria conhecida a ala do exército contrária ao governo. Somente nesse período, seriam registrados três atentados. O primeiro seria no dia 15 de agosto, em que foi detonada uma bomba na sede do semanário de oposição *Opinião*. Quatro dias depois, seria a vez da sede da Associação Brasileira de Imprensa – ABI. Ainda no mesmo dia, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – também seria alvo dos radicais do exército. Era o início do período explosivo dos militares contrariados e cada vez mais enfraquecidos

Já era de conhecimento do governo que aqueles atos terroristas não haviam sido realizados por organizações clandestinas de esquerda. As ações representavam um claro recado ao governo e tinham como objetivo dificultar o processo de abertura política, posto em prática na posse do presidente Geisel, em 1974.

1.3 A sucessão presidencial

Geisel seria o único presidente militar que iria impor o seu candidato para sucessão, sem dividir a decisão com o Alto Comando das Forças Armadas. O nome que era lançado sem a aprovação do presidente era o ministro da Exército, Sylvio Frota, representante da linha dura, que tanto atravancavam o processo de abertura política. A partir de 1977, a candidatura de Frota começaria a ser lançada publicamente, aumentando assim a tensão entre o Planalto e os oficiais contrários à redemocratização.

No dia 12 de outubro de 1977, em pleno feriado, o presidente Geisel comunica ao general Golbery que o Palácio do Planalto funcionaria normalmente no dia seguinte. Convida o general Sylvio Frota para uma audiência, oficializando assim a sua exoneração.

A saída de Frota do governo foi o ponto culminante do enfrentamento de Geisel com a linha dura, segundo afirma Ronaldo Costa Couto. Dali em diante, o enredo da abertura política aconteceria conforme o planejado por Geisel.

Por um triz não explode guerra entre os militares geiselistas e frotistas. Mas a crise resolveu-se a favor do governo e da abertura política. O episódio marca o início da acentuada aceleração do processo de liberalização, agora sem retrocessos ou recuos. (COUTO, 1998 p.217)

Amigo e companheiro de farda do presidente Geisel, o chefe do Sistema Nacional de Informação (SNI), o general João Batista Figueiredo, seria oficialmente lançado como sucessor à presidência em cinco de janeiro de 1978, representando o partido da situação, o Arena. O MDB anunciaria o general Euler Bentes para travar a disputa eleitoral, que aconteceria de forma indireta no Congresso. Porém, como já esperado pelos analistas da época, a vitória de Figueiredo seria confirmada. O candidato Arenista recebe 355 votos dos congressistas em 15 de outubro do mesmo ano, contra 226 do medebista.

O tom de campanha de ambos os candidatos esteve focado durante a disputa em itens de sustentação à redemocratização. Ambos anunciavam propostas para implementação da anistia ampla geral e irrestrita aos prisioneiros políticos. Além disso, retorno dos exilados brasileiros e garantia a ampla defesa. Era o claro demonstrativo de que a volta à democracia estava inserida na disputa presidencial, independente da vitória do governo ou oposição.

Um mês depois do jogo presidencial, seria realizada nova eleição parlamentar. O Arena preserva maioria no Senado e na Câmara dos Deputados. Para o Senado, o partido do governo conquista 36 cadeiras, contra nove da oposição. Na Câmara, elege 231 deputados e o MDB consegue atingir a margem de 189 representantes.

Passada a sucessão presidencial e a eleição parlamentar, a abertura política estava praticamente consolidada. O partido do governo fizera praticamente todos os governadores, maioria nas duas casas do Congresso, a maior parte das Assembléias Legislativas Estaduais, além do presidente da república. Era inevitável reconhecer a situação a favor dos planos traçados em 1974 por Geisel.

Os passos seguintes no processo de abertura política marcam uma virada importante no processo de abertura. Antes de deixar o governo, Geisel protagoniza uma ação que pretendia desde sua posse: a extinção do AI-5. Por meio da Emenda Constitucional n.º 13 de outubro 1978, que ficou conhecido como Pacote das Reformas, o presidente invalida o emblemático AI-5, usado mais de 1600 vezes desde sua criação, em 13 de dezembro de 1968. O direito do *Hábeas Corpus* foi restabelecido, e contempla prisioneiros políticos.

Mas como se não bastasse, Geisel também modifica a Lei de Segurança Nacional antes de deixar a presidência. Em 27 de novembro é aprovada uma série de abrandamentos de pena que compunham a Lei de Segurança Nacional. As cortinas da redemocratização começavam a ser abertas e a chegada do presidente Figueiredo daria continuidade ao processo.

1.4 Abertura plena e a sucessão

A gestão do presidente Figueiredo (1979-1985) foi marcada pela finalização de projetos postos em prática no governo anterior. Empossado no dia 15 de março de 1979, Figueiredo sacramenta as intenções dos articuladores da abertura, Geisel e Golbery. A aprovação da Lei da Anistia (em agosto de 1979), seguida do restabelecimento do pluripartidarismo, foram as realizações mais significativas de seu governo, ambas iniciadas quatro anos atrás.

De forma direta e enfática, o novo presidente deixou claro já na posse que pretendia dar continuidade ao governo Geisel. Anunciaria frases de efeito na cerimônia para alegria da imprensa e lamentação dos oficiais da linha dura, cada vez mais enfraquecidos e distantes das grandes decisões do governo. Figueiredo disse que pretendia fazer do país uma democracia. A respeito da abertura afirmou: “É para abrir mesmo. E quem quiser que não abra eu prendo e arrebento”, assim noticiou o jornal *Estado de São Paulo*, no dia 16 de março de 1979.

A aprovação da Anistia deu o perdão para todos. Suspendeu os inquéritos policiais contra militares e presos políticos. Permitiu que oficiais das Forças Armadas, afastados por

motivos políticos e até mesmo acusados por atos de tortura, passassem a receber aposentadoria e reassumissem funções.

Mas como não poderia deixar de ser, os resquícios da linha dura também tiveram interferência direta no decorrer do processo político do governo Figueiredo. Mesmo beneficiados com a Anistia, os oficiais linha dura alongariam o embate dentro do Exército durante a gestão do sucessor de Geisel, e os enfrentamentos ficam cada vez mais claros.

Somente no primeiro ano do governo Figueiredo foram registrados três atos terroristas. Ações como invasão a jornais e tentativa de assassinato a líder sindicais marcariam aquele momento. Já no ano seguinte, 1980, seriam registrados 46 atos terroristas. Todos atribuídos aos radicais do Exército. Em setembro do mesmo ano, uma carta bomba, endereçada ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – deixaria o governo em estado de alerta. Figueiredo percebia que a situação estava fugindo do controle.

Mas o Palácio do Planalto ficaria perplexo em 30 de abril de 1981. Na avaliação de alguns historiadores, é a grande explosão do governo Figueiredo, marcada pelo episódio Rio-Centro, ao qual a presente pesquisa busca analisar.

Apesar de muitos perigos e ameaças, a democracia vai ser alcançada sem traumas insuperáveis nesse período. O episódio interno mais relevante é o do impacto político de bombas no Rio Centro, Rio de Janeiro, na noite de 30 de abril de 1981, ponto de partida de profundo desgaste do governo e do Regime Militar. (COUTO, 1998, p. 255)

1.5 O acionamento da bomba

Iniciada no governo Geisel, a queda de braço dentro das Forças Armadas se torna de caráter público no governo Figueiredo. Sai dos subterfúgios dos quartéis e chega às manchetes dos jornais. Deixa de ser velada e ganha proporções mais perturbadoras, com inúmeros atentados terroristas. É a forma prática e inflamável encontrada pelos radicais de contrariar as condutas do Palácio do Planalto. Eles abandonam o diálogo e transformam a abertura política em um verdadeiro campo minado. Porém, saem feridos no dia primeiro de maio de 1981, com uma tentativa frustrada de interromper a redemocratização.

Era véspera de comemoração do dia do trabalho. Uma quinta-feira, 30 de abril de 1981. Mais de vinte mil pessoas participavam de um festival comemorativo, no Rio-Centro,

em Jacarépaguá – Rio de Janeiro. De repente, no estacionamento, explode uma bomba dentro de um carro esportivo. Um Puma, de placa fria, fere gravemente o motorista e mata instantaneamente o seu acompanhante. Ambos eram militares do Exército.

O sargento Guilherme Ferreira do Rosário é atingido pela bomba e não resiste. O capitão Wilson Luis Chaves sai ferido. Os dois eram ligados ao DOI-CODI do I Exército e pretendiam, a mando da ala radical das Forças Armadas, realizar mais um atentado para frear a abertura política.

Uma segunda bomba explode cerca de trinta minutos depois dentro da casa de máquinas, sem fazer vítimas nem interromper o fornecimento de energia do evento. A terceira bomba, que complementaria a ação, é encontrada intacta dentro do carro por técnicos do Instituto Carlos Éboli. Eles concluem que o foco da explosão foi no colo do sargento morto. Ele estava sentado no banco dianteiro direito.

Depois das primeiras fotografias do carro e do homem morto, a Polícia do Exército tomou conta da área, utilizando o cordão de isolamento e dificultando o trabalho da imprensa. O jornal *O Globo* divulga no dia dois de maio que o comando do 18 Batalhão da Polícia Militar havia sido alterado e não compareceu para fazer a segurança do evento. Também são apresentadas as explicações do Exército.

O secretário de Segurança do Rio, General Waldyr, indagado sobre a explosão, apresenta uma explicação que abriria os precedentes para a cobertura impetuosa da imprensa, que exploraria todas as incoerências endereçadas à opinião pública.

A única coisa certa que sabemos é que o capitão estava dando marcha-à- ré em seu carro, para deixar o estacionamento, quando o sargento que estava ao seu lado viu objeto e falou: “capitão, tem um petardo aqui.” O sargento, então, pegou o objeto que explodiu. (O GLOBO, 1981, p.5)

As investigações sobre as explosões da bomba Rio-Centro colocariam o governo Figueiredo em questionamento. Inicialmente, o presidente tinha a opinião pública a seu favor por estar avançando nas propostas da abertura. Porém, após o Rio-Centro, enfrenta uma grave crise no governo, que o coloca na situação de exigir uma investigação rigorosa sobre o episódio ou simplesmente acobertar colegas de farta, conforme alegavam alguns órgãos de imprensa.

Mesmo infundadas, as acusações que davam a entender que o presidente estaria em consonância com alas do exército tinham certo grau de coerência, pois o Inquérito Instaurado

pela Polícia Militar a respeito do episódio não só considerou que os dois militares que estavam no Puma haviam sido vítimas de um atentado, como foi arquivado.

As apurações sobre o caso ficaram por conta do coronel Luiz Lorena de Sant`anna. No dia 30 de junho de 1981, ele tornou pública as conclusões finais do inquérito, que duraram 45 dias.

Os dois militares estavam em missão recebida que consistia em observar a influência de elementos da esquerda radical na programação para atrair jovens. (...) Não há, salvo o melhor juízo, como inculpar os militares ocupantes do carro sinistrado: Há vários radicais interessados em fazer uso do terrorismo procurando mesmo enfrentar ou comprometer órgãos de segurança (...) Os dois militares foram vítimas de uma armadilha arditosamente colocada no carro do capitão. (BIERRENBACH, 1996, p.79)

Aquele seria o ponto de partida do mal estar que se instalaria no governo e o receio de que os planos da abertura política poderiam eventualmente terem sido deixado de lado em troca da impunidade aos radicais do exército. A cobertura da grande imprensa ficou ainda mais intensa. A revista *Isto É* enfatizou a decepção com a investigação dedicando a capa da semana ao assunto, que levava o título *No Palco do IPM – Triste Espetáculo*

O Coronel Job, seus subordinados e superiores haviam preparado minuciosamente o ambiente para seu formidável exercício de prepotência. A platéia, ou a nação, ficaria no escuro, como ficaram os repórteres convocados para a exibição *slides*. Não poderiam fazer perguntas. Nem os repórteres nem a nação (..) Não houve sequer a preocupação de dar ao enredo final alguma forma lógica, aceitável. (ISTO É, 1981, p.26)

A justificativa do Coronel Job foi remetido à 3ª Auditoria do Exército no Conselho de Justiça Militar. Com um mês de análise, o Juiz Auditor Dr. Edmundo de Oliveira acabou determinando o arquivamento do caso, e deu por convincente a solução apresentada pelo Coronel Job. Mas em menos de dois dias, O Estado de São Paulo publicaria uma reportagem apresentando outra opinião que havia sido apresentada pelo Juiz nos bastidores

Eu chorei depois quando dei a decisão que não desejava e, o pior, aquela que a nação não merecia. Mas sozinho não poderia suportar tantas pressões. As atenções estavam todas depositadas naquele inquérito. Seria impossível desafiar tudo e todos. (BIERRENBACH, 1996, p.86)

Após o arquivamento do caso, o governo ficou enfraquecido. O chefe do gabinete civil da presidência, Golbery de Couto, resolve deixar o governo no dia seis de agosto de 1981 por discordar da investigação que havia sido dada ao caso. Era o último forte representante do governo Geisel que tivera permanecido. Sua saída marca o comprometimento do governo Figueiredo, que teve a sua imagem de percussor da abertura política arranchada.

Pouco mais de dez anos, o caso Rio-Centro voltaria às páginas de jornais numa plena tentativa de ser reaberto. No entanto, permaneceu da mesma forma como foi concluído no governo Figueiredo. É um marco para a história do país. Afastou completamente a direita radical do poder e colocou um ponto final no terror que marcou o regime militar.

Capítulo 2

Metodologia de pesquisa

Há uma vasta gama de possibilidades para a escolha dos procedimentos metodológicos na elaboração de uma pesquisa. Eles devem obrigatoriamente ajustar-se ao propósito inicial de análise. A escolha desses procedimentos representam o cerne da pesquisa, sendo determinante para que se possa alcançar os objetivos delimitados.

Na presente pesquisa há uma variedade de caminhos a serem seguidos para se chegar ao ponto pretendido – A análise da explosão das bombas no Rio Centro – ocorrido em 30 de abril de 1981. A escolha, por exemplo, de procedimentos como entrevistas e estudo de campo não impediriam que fosse traçada uma avaliação contundente sobre o episódio em questão.

No entanto, para se tratar de um importante acontecimento inserido na historiografia brasileira, tendo laços estreitos com o processo de comunicação social, a análise dos noticiários representou o procedimento mais adequado para a proposta de trabalho, já que se tem por objetivo avaliar a primeira quinzena do episódio e a repercussão nos seguimentos da sociedade.

Como foi determinado um curto espaço de tempo em dias subsequentes – uma quinzena – os noticiários representam as ferramentas de trabalho mais eficientes a fim de se fazer uma leitura sobre o caso. Permitem tirar conclusões pontuais e servem também como eficiente termômetro para aferir as relações conflitantes entre mídia e poder.

Delimitado o campo de trabalho – a notícia jornalística – partiu-se então para uma outra definição de pesquisa, ainda mais precisa: Qual veículo de comunicação a ser observado nesse curto espaço de tempo? Não haveria prejuízos em estabelecer como ferramenta de observação noticiários vinculados em rádio ou televisão a fim de se fazer o acompanhamento da cobertura jornalística sobre o episódio Rio-Centro.

No entanto, avaliou-se como ferramenta de mais eficiente para essa pesquisa científica a imprensa escrita, sobretudo os periódicos. Dessa forma, tem-se como eixo principal de análise textos jornalísticos publicados em jornais diários na primeira quinzena a partir de 30 de abril de 1981, quando ocorreu o episódio.

Escolhido o veículo de comunicação, também foi necessário delimitar qual periódico a ser avaliado, tendo em vista que há uma enormidade de impressos no mundo industrial da década de 80 e mais ainda nos de hoje. Sendo assim, estabeleceu-se como critério para essa pesquisa ater-se aos grandes jornais, formadores de opinião, popularmente chamado de grande

imprensa. Como indicativo eficiente no que diz respeito ao alcance desses jornais, foi estabelecido como critério de escolha a tiragem, em que o *Estado de São Paulo* publicava cerca de 180 mil exemplares por dia, chegando a 210 mil aos fins de semana. O *Jornal do Brasil* ficava na faixa dos 190 por dia e chegava a até 230.

Tendo em mãos as ferramentas de análise – textos jornalísticos – aliado as referências bibliográficas, tomou-se como método de pesquisa a Análise de Conteúdo, que consiste em uma metodologia de análise de texto desenvolvida dentro das ciências sociais empíricas. A análise qualitativa dos materiais permite alcançar com precisão suspeitas levantadas ou mesmo análises mais aprofundadas.

2.1 Representações e significados

Os procedimentos da Análise de conteúdo têm como base dois princípios: A análise sintática e semântica. As avaliações sintáticas atem-se aos transmissores de sinais, ou seja, descreve a expressão e influência. É a forma como algo é dito ou escrito. Questões como vocabulário empregado e análises de campos lexicais são algumas de suas características.

Já a análise semântica consiste em avaliações textuais focadas nos sentidos denotativos e conotativos, podendo-se assim perceber com precisão a construção do significado. Busca-se com ela compreender o sentido genuíno tratado em determinado texto, foto ou elementos presentes em uma diagramação de jornal, tendo em vista que a presente pesquisa se atem a texto jornalísticos sem deixar de levar em contas elementos visuais, como fotos, charges e a diagramação de um modo geral.

A imprensa escrita brasileira possui uma grande variedade de representantes. Dessa forma, a escolha dos periódicos a serem analisados nesta pesquisa foi feita de forma criteriosa, a fim de retratar a primeira quinzena da cobertura do episódio em questão. Não haveria possibilidade de análise caso não fosse recolhido de forma um vasto material a ser estudado.

Vale citar também que não seria possível desse trabalho sem o acervo de microfilmagem disponível na Biblioteca do Senado. O material, na verdade, é encaminhado pela Biblioteca Nacional – localizada no Rio de Janeiro – e permitiu, sem lacunas, o recolhimento de todas as edições publicadas a partir do primeiro dia de publicação sobre o Rio-Centro.

O procedimento de recolhimento de todo o material jornalístico durou duas semanas. Adotou-se como ferramenta de análise apenas dois jornais representantes da grande imprensa para realizar uma pesquisa mais consistente e criteriosa. Caso fosse escolhido mais de um jornal haveria riscos da análise mais difusa e menos precisa.

Dessa forma adotei como linha de análise as edições do *Jornal do Brasil*, com sede Rio de Janeiro, e o *Estado de São Paulo*. Os dois periódicos estão entre os grande formadores de opinião no período em análise, sendo assim representantes consistentes da grande imprensa. A escolha foi salutar pois permitiu fazer um contraponto entre a imprensa Carioca e paulista, percebendo assim as diferenças em diversos campos da comunicação social.

Ao total, foram analisadas quinze edições do *Jornal do Brasil* e treze do *Estado de São Paulo*, tendo em vista que este não ia às ruas aos sábados naquele período. Foi visível que o jornal carioca teve uma cobertura mais ampla. Dedicou nesse período à cobertura do episódio: Dez manchetes, onze editoriais, vinte e nove matérias, doze chamadas de capa, sete fotos de capa e oito charges.

A cobertura do *Estado de São Paulo* também foi longa sobre o caso, mas não tão ampla quanto a do jornal carioca. Foram publicadas durante os primeiros quinze dias de cobertura do episódio: Seis manchetes, seis editoriais, vinte e duas matérias, dez chamadas de capa e seis fotos de capa.

Além das análises semânticas do material coletado, as avaliações numéricas compôs um excelente indicativo para diferir a linha editorial entre os dois jornais. São esses números que sustentam as teses levantadas a respeito do posicionamento adotado pelos jornais nos que diz respeito aos comprometimentos políticos ligados ao caso.

A estrutura de pesquisa ornamentada pela Análise de Conteúdo leva a crer que o embasamento numérico, levantamentos estatísticos, são de fundamental importância. Como já dito anteriormente, esses elementos dão formas e sustentam teorias. Ou seja, são ferramentas empíricas de pesquisa que em muito colaboraram para uma análise, por mais simples que ela possa parecer.

O teórico Martin Bauer defende a importância do embasamento numérico para o processo de elaboração de qualquer pesquisa. Segundo ele, essas ferramentas são tão importantes quantos os demais elementos que compõem o processo de Análise de Conteúdo:

A amostragem estatística fornece um racional para estudar um pequeno número de textos e assim mesmo poder tirar conclusões. A história da Análise de Conteúdo no estudo de jornais confirmou esse racional. Textos

impressos podem ser facilmente estratificados em uma tipologia hierárquica com o uso desse procedimento. (BAUER, 2002. p.196)

2.2 Combinações de análises

A Análise de Conteúdo trabalha tradicionalmente com materiais textuais escritos, mas procedimentos semelhantes também podem e devem ser empregados. Diante disso, foi imprescindível para a pesquisa uma análise criteriosa das disposições diagramais, ou seja, a diagramação dos jornais avaliados. O simples fato de se colocar uma foto em centro de página ao invés da extremidade inferior direita da página é um forte indicativo estético, e sobretudo semânticos, que foi levado em consideração na presente pesquisa.

A combinação de análise semântica e estatística compõem o procedimento metodológico traçado para essa pesquisa. Não é possível afirmar qual dos dois métodos teve maior significância e importância para a análise do episódio ao qual esse trabalho se dispõe em analisar. O emprego dos dois desencadeou uma simbiose no campo da Análise de conteúdo, onde o complemento de um com relação ao outro representou a forma mais adequada para a proposta de trabalho.

As referências bibliográficas também tiveram extrema valia para o aproveitamento da pesquisa. Foram elas que possibilitaram confirmar e sedimentar as proposições que justificam toda a pesquisa. Análises já elaboradas, não sobre o episódio do Rio Centro, mas sobre a ditadura, ajudaram a sanar questionamento que não eram possíveis de serem constatados em uma simples triagem dos textos coletados. Assim sendo, sem esse recurso não seria possível alcançar os objetivos traçados para essa pesquisa.

Dentre o material coletado, as páginas editoriais dos jornais foram de essencial importância para que fosse possível perceber a linha editorial adotada por cada jornal. A análise desse conteúdo deixou claro qual o posicionamento dos jornais no desenrolar das apurações do governo sobre a explosão das bombas naquela noite de 30 de abril de 1981.

O conteúdo publicado nas páginas de notícia também possui fortes indicativos da postura editorial dos jornais, mas talvez não tão perceptíveis a olho nu. O leitor menos atento poderia ler os dois jornais analisados e tirar a conclusão de que as duas coberturas, na primeira quinzena, foram semelhantes. Mas se por ventura se dispusesse em ler meros trechos das páginas editoriais, ou mesmo colunas, sentiria facilidade em constatar o antagonismo na cobertura entre os dois periódicos em algumas publicações durante os quinze dias observados.

Há uma série de elementos que devem ser levados em consideração pra justificar essas diferenças no processo noticioso dos jornais. Elementos como acordos políticos e comerciais são fatores determinantes para tal. A princípio, essas variantes que interferem diretamente na linha editorial não se deixam transparecer. Não é propósito dessa pesquisa ater-se a essas questões, porém elas não podem deixar de ser lembradas. O fato em análise são as diferenças na forma em se noticiar. Elas permeiam o campo da comunicação social e isso não ocorre por uma mera razão estética.

Ainda se faz necessário recorrer a procedimentos metodológicos empíricos para comprovar essas diferenças editoriais observadas a primeiro momento sobre determinado material impresso. No caso dos jornais, é preciso adotar uma análise aprofundada, em que os processos de observação serão determinantes para se constatar o que está sendo observado. A comparação é a base desse procedimento, e assim foi feito na presente pesquisa.

Os campos da ciência social apontam que a comparação é o procedimento metodológico mais recomendado no que diz respeito a análises de materiais impressos. As verificações de tendências e padrões de mudança ganham formas e cores com essa sistêmica, e assim foi feito na presente pesquisa.

As comparações revelam diferenças que podem ser observada entre a cobertura de diferentes jornais [...] Elas buscam considerar padrões como parte de um processo de auditoria para identificar e avaliar desempenhos contra normas estabelecidas, como por exemplo informação objetiva. Sinais como mudanças nos vocabulários são alguns dos elementos de análise que podem definir um índice. (BAUER, 2002. p.196)

A escolha dos procedimentos metodológicos para esta pesquisa foram aplicados em cada peça de material coletado. Todos os indícios de diferença em fotos, editoriais, capas, manchetes e títulos foram levados em consideração. Dessa forma, foi possível observar as variações na postura adotada pelos jornais durante os quinze dias de cobertura sobre o episódio da explosão das bombas no Rio-Centro. Em alguns casos, a variação transpareceu nas linhas. Em outros se restringiu às entrelinhas.

Os comentários sobre essas peculiaridades segue no capítulo seguinte, onde será feita a análise de todo o material coletado. A observação feita praticamente por meio de comparação – conforme estabelece os critérios semânticos da análise de conteúdo – e permitiu elaborar uma avaliação embasada e científica no recorte temporal ao qual foi delimitado como objeto de observação.

Capítulo 3

A cobertura dos jornais

Certamente, nenhum outro jornal representante da grande imprensa realizou uma cobertura tão ampla e rigorosa a respeito da explosão das bombas no Rio-Centro quanto o *Jornal do Brasil*. O periódico conseguiu oferecer um acompanhamento crítico e fidedigno durante todo o desenrolar do caso Rio-Centro. É uma referência consistente para análise dos primeiros quinze dias da cobertura do episódio comparado aos demais noticiários da época.

Enquanto os grandes jornais preferiram dar uma tímida e curta chamada de capa sobre a explosão, o *JB* investiu na difícil tarefa de elaborar um “segundo clichê”. O termo consiste em um jargão usado pelos jornalistas na qual o formato final do jornal – manchete e foto da capa – é alterada de última hora, levando em consideração o valor e peso da notícia. É preciso organizar novamente toda a estrutura final da edição e dar um novo formato à notícia que será publicada na capa.

E assim foi feito na edição de sexta-feira, de 1º de maio de 1981 (ver anexo. fig.1). Com uma segunda edição feita às pressas, o *JB* preferiu derrubar a manchete que seria dada sobre os cem anos de nascimento do escritor Lima Barreto para dar destaque ao atentado terrorista protagonizado no Rio-Centro. Além de fazer uma segunda edição, o jornal já antecipava o questionamento que seria levantado pela imprensa brasileira: Os oficiais radicais do exército estavam envolvidos com o atentado?

A primeira matéria publicada pelo *JB*, que teve o simples título “Bomba mata um e fere militar no Rio”, respondia aparentemente a pergunta, e dava o tom ressonante que seria explorado pelo periódico durante toda a cobertura. Ainda na chamada de capa daquele dia, os oficiais do exército eram indiretamente colocados na berlinda e apontados como possíveis autores, pois a organização clandestina Comando Delta era citada na matéria. Uma segunda matéria foi publicada para explicar de que se tratava a organização. Já era de conhecimento da imprensa que o Comando Delta mantinha estreitas relações com os oficiais de extrema direita do exército, contrários ao processo de abertura política. O *JB* noticiou assim o episódio naquela edição.

Duas bombas explodiram no Rio-Centro ontem às 21h, pouco depois de começar o show comemorativo do Dia do Trabalho. A primeira, no Puma OT-0297, matou um homem moreno de barba, que não pôde ser atendido no local, e feriu o capitão do exército, Wilson Luiz Chaves Machado, 33 anos [...] Às 22h30m, a explosão foi comunicada, por telefone, ao Jornal do

Brasil. O Comando-Delta assumiu a responsabilidade pelo atentado. [...] ‘Aqui é do comando delta’ anunciou uma voz de homem jovem, parecendo não usar qualquer camuflagem. ‘É para acabar com qualquer manifestação subversiva’. Antes de desligar o telefone, a voz insistiu com ênfase e segurança: “Entendeu? Podem ir lá. Não é boato.” (JORNAL DO BRASIL, 1981, p.9)

À frente da grande imprensa paulista, o jornal *Estado de São Paulo* preferiu publicar a notícia sobre o Rio-Centro, naquela mesma sexta-feira, primeiro de maio (ver anexo. fig.2), de forma mais amena. Dedicou menos de meia página ao fato, e ateve-se a reduzida tarefa de oferecer as informações básicas, sem grandes aprofundamentos ou análises críticas da notícia.

A matéria publicada na página nove do jornal também teve um título simples, como fez o JB, e era publicada como “Bomba mata um e fere militar no Rio”. O material não explorou de forma pertinente o episódio. Apenas forneceu a informação de forma clara e direta.

Duas bombas explodiram ontem no estacionamento do Rio Centro, onde era realizado um show em homenagem ao dia do trabalho. Uma pessoa não identificada morreu, enquanto outra – o capitão do exército Wilson Chaves Luiz Machado – ficou gravemente ferida [...] As duas bombas explodiram por volta de 22 horas, e o show foi interrompido, mas depois continuou. A polícia realiza nas primeiras horas de hoje um levantamento do local. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1981, p.9)

3.1 A edição de dois de maio

No sábado dois de maio, pouco mais de um dia após o atentado, o *Jornal do Brasil* colocaria nas ruas uma edição praticamente dedicada ao caso Rio Centro. Teve como macete “Abi-Ackel diz que bomba explodiu no governo”, e publicou na capa três fotos; uma do velório do Comandante do I batalhão do Exército, Wilson Luiz, morto na explosão, outra do Puma detonado, além de uma ilustração apontando onde a bomba havia explodido (sobre as pernas do comandante). Todo o texto na capa foi dedicado ao caso. Nenhuma outra notícia ou chamada entrou. Apenas o caso Rio Centro.

Como texto opinativo, o editorial da edição daquele sábado teve o título “Esclarecimento Urgente”. Não tão freqüente nas páginas de jornais, a palavra urgente é geralmente evitada, pois de acordo com os guias de manual de redação e estilo busca-se evitar fazer qualquer juízo de valor.

O *JB* não só levou para as páginas de editorial, mas também para as notícias, o espírito de estado de alerta. Dessa forma, o uso da palavra “urgente” é um claro indicativo da linha editorial estabelecida para aquele caso. Assim foi publicado no último parágrafo daquele texto:

[...] Mais do que nunca, depois das explosões do Rio Centro, torna-se indispensável a prevalência da clareza a fim de que se dissipem as piores suspeitas que começam a se sedimentar. A sociedade quer conhecer a extensão dessa trama, que orienta uma ação contrária ao governo de fazer esse país uma democracia. Qualquer democracia é incompatível com esse grau de atentado e com a impunidade até aqui resultante.
(JORNAL DO BRASIL, 1981, p.3)

A edição do *Jornal do Brasil* daquele sábado, 2 de maio, pautou a grande imprensa a respeito dos fortes indícios de envolvimento dos militares com o episódio. Ela confirmou o que era necessário para que fosse dada largada às indagações. Além das três fotos, também foi publicado na primeira página a declaração inflamável do Comandante I batalhão do Exército, General Gentil Marcondes Filho, que abriria todos os precedentes para que a opinião pública, justiça brasileira e conseqüentemente toda a imprensa brasileira incorporassem as suspeitas.

No material publicado, o comandante confirmava que os militares atingidos pela bomba estavam “em missão de informação a serviço do I exército”. Uma passagem do texto apontava que ao ser indagado se o Capitão Wilson Luiz Chaves Machado era vítima ou autor das explosões, o capitão respondeu : “É vítima, óbvio, até que se possa provar o contrário”.

Como se não bastasse as declarações dadas pelo comandante Marcondes, o então Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, General Waldir Muniz, se encarregaria de deixar o exército em situação ainda mais delicada após a publicação de uma entrevista exclusiva publicada naquela edição de sábado.

Muniz confirmou também que os dois agentes do exército cumpriam missão. Ele deu detalhes sobre a reconstituição do episódio. Afirmou categoricamente que os dois militares haviam sido “pegos de surpresa”, e assim narrou: “O Capitão Wilson dava a ré no seu carro. O Sargento – Guilherme Pereira Rosário – viu o petardo dentro do carro e quando o pegou ele explodiu”.

O jornalista Carlos Castelo Branco dissertou sobre a contundente declaração do General Muniz em sua coluna na edição do dia seguinte, domingo três de maio. O texto do jornalista era intitulado “As bombas e o secretário” e abordou todas as lacunas deixadas em abertos nas justificativas apresentadas pelo representante do governo do Rio de Janeiro.

Estranho dom de adivinhação tem o General Muniz, Secretário de Segurança do Rio de Janeiro. Uma bomba explode dentro de um automóvel, ocupado por dois militares. Um deles morre na hora. O outro está internado no hospital e ainda não prestou qualquer declaração. Não houve testemunha na cena noturna da explosão. Mas o General Muniz descreve com pormenores o que se passou. (JORNAL DO BRASIL, 1981, P.2)

Diante de todo o material elaborado pelo *Jornal do Brasil* já era previsível o que aconteceria. A censura não mais atormentava as redações. Como não poderia deixar de ser, as matérias publicadas naquele sábado pelo *JB* acabaram pautando a grande imprensa. Nem todos os grandes jornais adotaram a mesma postura, mas viram-se obrigados a acompanhar o ritmo que era imposto na cobertura do jornal carioca.

Libertado das agarras da censura em 1974 pelo governo Geisel, *O Estado de São Paulo* iniciou a cobertura do Rio-Centro de forma fria. Na sexta-feira, primeiro de maio, cumpriu a obrigação de noticiar o episódio para não ficar atrás. A ligeira mudança seria percebida na edição de domingo, dia 3 de maio. No dia anterior – sábado – o jornal não foi publicado, pois naquela época o jornal não rodava aos sábados.

Com uma edição mais equilibrada, o jornal deu como manchete “Délío promete investigar com máximo de rigor”, em que eram reforçados os comprometimentos do ministro da Aeronáutica, Délío Jardim, na apuração das explosões das bombas. No entanto, o tom de crítica sobre a apuração do incidente do governo surgiu na página três, com o editorial intitulado “Agora governo terá de explicar atentados” (ver anexo. fig3). Vale lembrar que um dia anterior o *Jornal do Brasil* colocava como editorial “Esclarecimento Urgente”. Assim partiu para as indagações o *Estado de São Paulo*, conforme escrito no último parágrafo do editorial daquela edição.

Será agora ou nunca mais que o governo poderá demonstrar à nação que ainda continua governo. A complacência com vândalos, grandes e pequenos, identificáveis ou encobertos, fardados ou à paisana, equivalerá à condenação das boas intenções, primeiro, e das instituições, em seguida. Por que, para salvar a cabeça, haverá também de cortá-las. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1981, p.2)

Com aquele editorial de domingo ficou claro que o *Estado de São Paulo* apresentou, mesmo que reduzida, uma pequena diferença na cobertura que havia sido iniciada. Assim sendo, ele passava a dar espaço ao governo nas páginas de noticiário e em seguida executava pequenas alfinetadas nas páginas editoriais.

O acompanhamento do caso Rio Centro pelo *Estado de São Paulo* acabou ficando dúbio. O leitor mais atento poderia perceber de forma clara que o jornal jogava com as informações. Ou seja, ao passo que o *Jornal do Brasil* protagonizava uma cobertura nitidamente recheada de denúncias, o periódico paulista jogava com as informações. Ora de forma desafiante e com tom de denúncia e enfrentamento, ora servindo de plataforma para os discursos inflamados do governo de promessas de um Inquérito Policial Militar pautado pela ética e justiça.

O mesmo *Estado de São Paulo* que em uma edição dominical, pouco mais de 48 horas após as explosões das bombas, alertava o governo sobre a complacência com vândalos à paisana ou fardados, dias depois, na terça-feira, cinco de maio, dava demonstrativos de retorno à posição inicial adotada na cobertura. A postura pendular de ida e volta não estava nas entrelinhas. Estava explícita.

Dois dias depois da sinalização das intenções de apimentar a cobertura do episódio Rio Centro, a exemplo do editorial de domingo intitulado “Agora governo terá de explicar”, o *Estado de São Paulo* publicou na página 13 uma matéria que levou como título “Bombas: governo exime o I exército”. Assim reportava a matéria:

O I Exército não está sob suspeição”, disse ontem o conselheiro Carlos Atila, porta-voz do Palácio do Planalto, ao comentar as investigações determinadas pelo governo para esclarecer o acidente ocorrido quinta-feira última no Rio Centro com a explosão de uma bomba, que matou um sargento e feriu um capitão do exército. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1981, p.13)

Naquela mesma terça-feira o *Jornal do Brasil* também noticiou as declarações dadas pelo porta-voz do governo. Deu destaque, porém, à repercussão no Congresso Nacional a respeito do caso e como os parlamentares reagiam ao posicionamento do governo.

A manchete do JB naquela terça-feira – “Governo e Oposição Unem-se contra Terror” – reforçava as movimentações das bancadas no parlamento brasileiro para pressionar as investigações. A declaração na qual o *Estado de São Paulo* abria a matéria seria citada somente no quinto parágrafo da chamada de capa do JB. O jornal avaliou como sendo mais importante mostrar a ressonância dos deputados e senadores. Assim era o início da chamada de capa da manchete daquela edição de terça-feira.

O Senador Nilo Coelho, líder do Partido Democrático Social (PDS), afirmou, em entrevista, que o episódio das bombas no Rio Centro “deve ser

esclarecido nas próximas horas, por que tudo depende do capitão Wilson Chaves Machado”, que qualificou de “homem-chave. (JORNAL DO BRASIL, 1981, P.1)

Com uma chamada mais curta, o *JB* também publicou naquela edição o desmentido a respeito das explicações dadas pelos oficiais do exército sobre denúncias antecipando a explosão. Com o título “Rio Centro não foi avisado das bombas”, o jornal carioca levantava outra incoerência na argumentação e explicação dada pelos oficiais.

Em entrevista de meia página, o chefe de segurança do Rio Centro, Cezar Wachullec, afirmava que o Rio Centro não havia recebido qualquer telefonema na noite de quinta-feira, 30 de abril, anunciando a explosão de uma bomba. *O Estado de São de São Paulo* se absteve em noticiar o desmentido.

3.2 Sete dias de cobertura

Passada uma semana de cobertura da explosão das bombas no Rio Centro todos os jornais da grande imprensa elaboraram um balanço sobre o caso. Era um indicativo do tom que estava sendo dado nas coberturas. Como sempre, as páginas editoriais serviam de termômetro para cada jornal.

Os sete exaustivos dias de noticiário do Rio Centro fizeram com que os jornais criassem uma retranca especial para o caso, com um espaço diário cedido ao assunto. Não havia mais como negar. A explosão o episódio já havia entrado no debate nacional e pautado todos os seguimentos da sociedade.

A avaliação do *Estado de São Paulo* sobre a primeira semana de cobertura do caso não trouxe grandes revelações ou acusações contra o governo. O papel de fiscal da sociedade foi explorado ao máximo. Ficou direcionado às cobranças de rigor dos órgãos de governo no Inquérito Policial Militar – IPM. O editorial daquele oito de maio, sexta-feira, publicado pelo representante da grande imprensa paulista teve como título “Um balanço de sete dias”. Em linhas gerais, essas foram algumas das principais passagens do texto:

O que na manhã de 1º de maio apareceu como a mais grave crise que o Estado brasileiro atravessa desde 1968 corre o risco de esmaecer-se naquilo que chamávamos de “a pasmaceira das não soluções” e “a falta de decisões”. O Inquérito Policial-Militar foi instalado, como previsto e necessário, embora se possa argüir se o reto caminho da lei, na medida em que se trata de crime contra a segurança nacional será realmente aplicada. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1981, p.2)

O chargista Chico Caruso dava o recado do *JB* sobre a primeira semana de noticiário do Rio Centro com um retrato bem sarcástico do momento (ver anexo. fig.4). A charge publicada naquela edição teve como personagens os congressistas, sendo que um deles respondia a frente do microfone da imprensa a seguinte frase: “– Por enquanto, estamos esperando as investigações saírem da fase deixa que eu chuto”. Em primeiro plano, apareciam os parlamentares dispostos a chutar intensamente a bomba. Era uma clara alusão a tentativa de afastar o caso da opinião pública.

O jornalista Elio Gaspari abordaria o tema logo ao lado esquerdo da charge, na página três daquela edição. Com o título “Duas mil bombas acabam com a abertura”, o colunista contextualizou a charge de Chico Caruso, o que representava também o ponto de vista do *JB* naqueles sete dias de cobertura. Assim foi publicado:

A linha que separa a luz da treva no caso da bomba que explodiu no Rio Centro é bastante clara e foi traçada pelo líder do governo no Senado, Nilo Coelho, que prometeu rápidas e conclusivas informações aos seus pares, ao mesmo tempo que classificou como “apressadas” as primeiras notícias divulgadas por autoridades militares. Aos poucos, porém, a linha estendida pelo senador começa a ser afrouxada pelo próprio governo e, sem dúvida, se a explosão foi trágica, mais trágica será a perda da linha de raciocínio dada ao país.
(**JORNAL DO BRASIL**, 1981, p.3)

A discussão do episódio Rio Centro após aqueles sete dias de cobertura passou por uma ligeira mudança. Esteve, dali em diante, focada no inquérito da Polícia Militar (IPM), que apontaria os suspeitos e responsáveis pelo atentado. As pressões de todos os seguimentos da sociedade ganharam proporções maiores nesse novo momento e os noticiários passaram a explorar isso com firmeza. A diferença, porém, ficaria no tom de cobrança entre os representantes da grande imprensa.

O *Estado de São Paulo* adotou uma linha na cobertura no trâmite do IPM com títulos fortes. As promessas dos oficiais do exército eram plenamente reforçadas em negrito. A voz cedida ao governo colaborava no entrave de qualquer acusação de complacência ao terror. A manchete do dia nove de maio foi claramente pensada dessa forma. Teve como título “Ministro diz que confia no IPM” (ver anexo. fig.5) e seguida da foto do presidente Figueiredo entre oficiais de alta patente discutindo sobre as apurações.

A chamada de capa daquela edição lançava as promessas do Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, a respeito do IPM. As declarações por ele dadas à imprensa diziam sobre a convicção em se acabar com o terrorismo no Brasil, “doa a quem doer”, como ele grifava. O maior interessado em apurar a responsabilidade, lembrava o oficial, é o presidente da República.

A dualidade do *Estado de São Paulo* ficava cada vez mais clara. As manchetes enfáticas estampadas nos dias que se seguiam era um demonstrativo de que o jornal buscava passar uma mensagem positiva do governo, que estava disposto a dar uma resposta à sociedade sobre o atentado.

O *Jornal do Brasil* também deu como manchete as declarações do Ministro Délio Jardim naquele sábado, nove de maio. No entanto, ao invés de estampar uma foto do presidente Figueiredo rodeado de seus subalternos deu preferência a manifestação de quatro mil pessoas em frente à Assembléia Legislativa contra o ato de terrorismo. O material foi manchettato com o título “Governo afirma que é forte e punirá terror”, mas mostrava o clima de insatisfação da opinião pública.

As charges publicadas no *Jornal do Brasil* ajudavam a retratar o momento e também imprimir o ponto de vista do periódico sobre as investigações da explosão. A publicada no dia nove levava a assinatura de Ziraldo. Na charge, dois homens sentados em um lugar escuro e com feição sombria conversam em meio a várias bombas. Um questiona: “Mas a nação ficou perplexa... O homem ficou danado”. O outro sujeito responde de forma irônica: “Tem problema, não... Daqui a pouco o povo esquece... A raiva dele passa”.

Aquela era a forma do *Jornal do Brasil* colocar ironia na cobertura sobre o caso e levantar não só a insatisfação da opinião pública, mas também as tentativas do governo em apressar a retirada do assunto da pauta nacional.

A cobertura do *Jornal do Brasil* também esteve à frente do *Estado de São Paulo* no que diz respeito às informações. O fato da apuração inicial do governo ter ocorrido em sua maioria no Rio de Janeiro, já que a explosão das bombas ocorreu na cidade, colocava o periódico carioca em vantagem aos demais representantes da grande imprensa. No domingo, 10 de maio, o *Estado de São Paulo* publicou, na página 23, a matéria intitulada “Médico diz que não houve interrogatório” – a respeito da interação do Capitão Wilson Luiz no Hospital Miguel Couto. O material garantia que o oficial ainda não havia prestado qualquer esclarecimento.

Mas o *Jornal do Brasil* saiu na frente ao publicar naquele mesmo dia uma matéria de primeira mão, ou seja, um furo de reportagem. De fato, o Capitão Wilson Luiz não havia prestado nenhum esclarecimento sobre o episódio. Entretanto, no dia da entrada no hospital Miguel Couto, em 30 de abril, havia sido feito o registro de internação. O *JB* teve acesso ao boletim de emergência nº36 251 e colocou como manchete “Capitão diz que explosão do motor do Puma o feriu”. Nenhum outro jornal da grande imprensa noticiou naquele dia o conteúdo do documento, que foi estampado na capa do jornal. O registro estava cheio de rasuras e continha informações equivocadas, como a profissão do internado.

As atenções estavam concentradas ao “homem-chave” – como era chamado o capitão Wilson Luiz pelos jornais. Ele era o único que poderia prestar os esclarecimentos que todos queriam tanto ouvir a respeito das explosões das bombas no Rio Centro, naquela noite de 30 de abril.

Com o aumento das pressões, os oficiais do exército perceberam o risco que representava a exposição do oficial internado em um hospital civil. Dessa forma, determinaram a transferência do sobrevivente ao hospital Central do Exército. *O Estado de São Paulo* reportou o fato na terça-feira, doze de maio. A chamada de capa teve como título “Capitão no hospital do Exército”. A manchete naquele dia foi ocupada pela desvalorização do franco, de 10%, em função da vitória do socialista François Mitterrand. Teve como título “Inicia a formação do novo governo” (ver anexo. fig.6) e foto de acionistas da bolsa francesa preocupados com a queda da moeda.

3.3 A transferência do homem-chave

Disposto a acompanhar todo o desenrolar do caso Rio Centro, o *Jornal do Brasil* julgou mais importante oferecer uma cobertura ampla a respeito da transferência da testemunha ocular do episódio Rio Centro. Também noticiou a desvalorização da moeda francesa, mas deu mais atenção a manobra que estava sendo dada pelo Exército. Deu como destaque a foto tirada às 20h45m da noite anterior, em que uma Veraneio preta deixava em alta velocidade o hospital Miguel Couto com o Capitão Wilson Luiz no porta mala (ver anexo. fig 7). Além disso, jornal dava a pitada de sarcasmo na charge de Ziraldo daquela edição.

Na charge, duas pessoas aparecem lendo ornais distintos na rua. Um dos jornais, segurado por um dos sujeitos, traz na manchete a palavra “bomba”, o outro periódico apenas um conteúdo, sem nada claro. O rapaz que segura este último jornal se vira para o outro sujeito e comenta: “Você viu, rapaz, a vitória dos socialistas na França? O outro responde aos berros: “Não muda de assunto”.

A charge de Ziraldo (ver anexo. fig.8) é uma prova consistente a respeito da diferente linha editorial entre o *Jornal do Brasil* e o *Estado de São Paulo*, uma vez que naquela mesa terça-feira o periódico paulista dava como manchete a desvalorização da moeda francesa ao invés de reportar a transferência do “homem-chave” para um hospital do Exército. Com um ato provocativo à grande imprensa e ao jornal paulista, o *JB* mostrou a importância do Rio Centro à pauta nacional.

Naquela mesma edição, *JB* deu o ar de crítica não só aos outros representantes da grande imprensa. Também alfinetou o Palácio do Planalto. Em nota oficial, o General Figueiredo soltava um pronunciamento por escrito, com 13 linhas, reforçando a confiança nas Forças Armadas do país, sobretudo ao Exército. Assim estava publicado no último parágrafo daquela nota, avaliada como “lamentável” pelo jornal carioca.

O presidente da República acentuou que a melhor maneira de atender aos objetivos da manifestação dos Partidos Políticos é reiterar que o seu governo cumprirá o dever de manter a nação em paz, para o que sempre contou com o apoio das forças armadas, mantenedoras da ordem e guardiãs das instituições. (JORNAL DO BRASIL, 1981, p. 9)

No dia seguinte, 13 de maio, o *Estado de São Paulo* mais uma vez decidiu mostrar a cobertura pendular a dar o seu recado a respeito da nota do Palácio do Planalto. Na sessão do leitor publicou um texto com o título “O abominável terror”, sem ao menos indicar qual o possível leitor havia encaminhado aquela carta ao jornal. Segue alguns trechos do texto:

Terror (o) s.m. qualidade do que é temível-ameaça que causa grande pavor (Caldas Aulete, Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa) [...] É inconcebível num país com as características como o nosso admitir atitudes como as que temos acompanhado [...] O terrorismo é asqueroso, provenha ele da direita ou esquerda. Usam ele aqueles que são antinacionalistas e que visam o caos da nação.(O ESTADO DE SÃO PAULO, 1981, p.4)

Faltando um dia para se fechar o ciclo de uma quinzena de cobertura sobre o Rio Centro surgiria outro assunto de proporções internacionais que ajudariam, pelo menos naquele momento, a afastar as apurações sobre o Rio centro da grande imprensa. O atentado ao papa

João Paulo II, ocorrido na Praça São Pedro, representou uma cobertura praticamente obrigatória para todos os noticiários.

Pouco noticiou o *Estado de São Paulo* sobre o Rio Centro naquele dia 14. A manchete teve como título “Papa já se recupera do atentado”. Não houve chamada de capa sobre episódio. Apenas matéria de meia página, com título “Ackel: sem apoio não haverá abertura”, em que o Ministro da Justiça, Ibrahim Ackel, reforçava a falta de unidade no Congresso em prol da abertura política.

No dia que marcaria a quinzena da cobertura da grande imprensa o Rio Centro, a grande imprensa continuava com as atenções voltadas ao atentado contra o Papa João Paulo II. *O Jornal do Brasil* deu como manchete “Papa reage bem e já fala com secretário”. *O Estado de São Paulo* publicou “Papa passa bem, mas risco continua” (ver anexo. fig.9)

Como não poderia deixar de ser, a necessidade da grande imprensa em dar seguimento aos assuntos afastou o Rio Centro das páginas, uma vez que o pontifício sofria um atentado. Até mesmo as páginas de editoriais de ambos os jornais – *JB* e *Estado de São Paulo* – não dedicaram atenção ao Rio Centro.

Conclusão

As perguntas que circundam o episódio Rio-Centro tornam-se angustiantes para quem se dispõem em analisar o caso. São questionamentos que permanecem mergulhados há quase três décadas e ainda não foram sanados. Nem mesmo os personagens da trama se dispõem a tecerem breves comentários sobre aquela noite de 30 de abril. A testemunha ocular – Capitão Wilson Luiz – grafou na história que estava no local em missão oficial. Mas qual missão era essa exatamente?

As perguntas continuam lançadas no inconsciente da historiografia. Dessa forma, pode-se dizer que o Rio-Centro é uma das passagens obscuras da história Brasileira. Fato de vital importância, no entanto, que culminou na extirpação definitiva da ala desatinada das Forças Armadas frente ao poder.

Não foi o objetivo determinado a esta pesquisa levantar respostas ao obscuro atentado. Transfiro essa responsabilidade ao tempo, pois creio que a verdadeira versão do episódio há de surgir um dia. Talvez com depoimento bombástico de um oficial reformado, disposto em desinfetar a consciência e poder definitivamente descansar em paz.

Analisar uma quinzena do Estado de São Paulo e Jornal do Brasil sobre o caso permitiu não só enxergar as intenções nefastas do governo Figueiredo – ainda rodeado de militares do tempo da tortura – mas perceber também como são lançadas as regras do jogo midiático. Vence quem estampa a melhor manchete. De preferência aquele que ninguém tem em mãos. O dito furo. Mas há um verdadeiro processo industrial por trás de tudo, em que a confluência dos interesses econômicos e políticos determina a cartada no jogo da notícia.

É neste viés que permito explicar o título da presente pesquisa. As notícias armadas, levando em consideração o contexto político e temporal de maio de 1981, consiste na maquiavélica tarefa dos formadores de opinião em criar no inconsciente dos leitores uma idéia pré-concebida de determinado assunto. Assim foi com o Rio-Centro. Assim é no dia-a-dia. Somos presas fáceis de uma informação escamoteada.

É visível que alguns periódicos – principalmente os da grande imprensa – passaram a servir de plataforma ao governo militar naquele período. Era a tentativa de se fazer da notícia uma arma para costurar a frustrada missão naquela noite de 30 de abril de 1981, que permanece até os dias de hoje sem explicações convincentes. Autoritário ou não, o governo precisava dessa plataforma midiática para disparar as justificativas, por mais irônicas que elas pudessem parecer.

Por outro lado, ficou perceptível na pesquisa realizada que os periódicos possuem posições estabelecidas nessa queda-de-braço da informação. Da mesma forma em que *O Estado de São Paulo* alterou ligeiramente e por algumas vezes a linha editorial, durante os quinze primeiros dias de cobertura, *o Jornal do Brasil* se mostrou combativo. Fez da notícia instrumento legítimo e democrático de enfrentamento ao governo.

Foi na análise desses quinze dias de cobertura do caso que todas essas variáveis ficaram mais legíveis. A leitura atenta para se comparar cada nova informação que era lançada na grande imprensa permitiu alcançar essas conclusões. Tenho plena certeza que se assim fosse feito por todos nós livraríamos dos truques das artimanhas dos barões da mídia e teríamos um senso crítico mais aguçado.

Vale lembrar que a omissão do senso crítico com relação a mídia assola não só as classes menos favorecidas. Até mesmo aqueles mais esclarecidos são “ludibriados” pela mídia com as armações nas mais diversas notícias. Hoje há noticiário para cada tipo de seguimento social, não havendo assim escapatória se não buscar avaliar antes de dar como fato consumado o que é oferecido pelos meios de comunicação.

Quanto ao Rio-Centro, sei de que a imprensa ainda não desistiu em buscar as respostas. Acho que não devemos aguardar as verdadeiras justificativas dos oficiais do exército sentados. Persistir é preciso. E assim tem sido feito, haja vista as diversas matérias que foram publicadas pelo jornal *O Globo* pressionando a reabertura do Inquérito Policial Militar (IPM), que até hoje é motivo de chacota e representou uma grande frustração para a nação brasileira.